EDUCAÇÃO DO CAMPO E A QUALIDADE DO ENSINO: A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ENSINO SUPERIOR

Rosemeri Scalabrin
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
rosemeri.scalabrin@gmail.com.br

Este artigo aborda a experiência de gestão democrática na Educação do Campo no Ensino Superior, especialmente no curso de Agronomia, desenvolvido pelo Campus Universitário de Marabá/UFPA em diálogo com os movimentos sociais da mesorregião Sudeste paraense. A análise teve como base o projeto político-pedagógico do curso de Agronomia em que se destaca o diálogo e a construção coletiva entre os atroes sociais. Buscamos dessa forma, compreender as mudanças/contradições no modo de produção do conhecimento acadêmico/científico, na relação dialógica presente na Universidade, a partir das ações da Educação do Campo em nível Superior, e em especial, no curso de Agronomia.

Palavra Chave: Educação do Campo, Gestão Participativa, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de doutoramento em que investiguei o Curso de Agronomia da UFPA Marabá, como articulador de conhecimentos (científico e não científicos) na formação de assentados, com o propósito de perceber indicadores de mudanças (coletivas/sociais, individuais, sustentabilidade) na gestão do ensino superior no Campus Universitário de Marabá/UFPA. Essa pesquisa se realizou por meio de entrevistas com professores da Universidade, representantes de movimentos sociais (MST, FETAGRI, CPT) e educandos do curso de Agronomia, além da observação em campo realizada em 11 assentamentos da referida mesorregião.

O estudo tem demonstrado que a dinâmica que envolve a gestão coletiva do ensino superior nos cursos da Educação do Campo tem se efetivado pelo diálogo no interior da Universidade e dela com a sociedade, em especial pela relação construída com os movimentos sociais do campo.

Caracterizando o Campus Universitário de Marabá

O Campus Universitário de Marabá foi criado em 1987, como parte da política de descentralização das atividades acadêmicas deflagrada pela UFPA em meados dos anos de 1980, por meio do Programa de Interiorização[i], visando à aproximação da Universidade as demandas da referida mesorregião. Desse modo,

> Surge como uma via potencial para suprir a região de profissionais que, uma vez bem preparados, com conhecimentos científicos e tecnológicos, teóricos e práticos, possam trabalhar as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais da região, para planejar um desenvolvimento social justo, economicamente equilibrado, ecologicamente correto e sustentado por princípios fundamentados na ética (UFPA, 2006, p. 12).

Atuando como pólo irradiador de ações acadêmico-científicas na mesorregião Sudeste do Estado do Pará, o Campus buscou alicerçar cursos estratégicos para o desenvolvimento mesorregional com atuação concentrada, principalmente, na área de formação de profissionais licenciados (cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia) para atuar no Ensino Fundamental e Médio na rede pública.

O Plano de Gestão do Campus Universitário de Marabá (2006, p. 10), expressa essa intencionalidade:

> Essas turmas foram criadas após discussões com a sociedade civil organizada e o poder público, que perceberam ser imperativa a oferta de cursos de licenciatura para a formação de docentes e, assim, melhorar a qualidade do ensino, uma vez que os professores que atendem as escolas públicas da região, em sua maioria, possuem apenas o Ensino Médio.

Na visão da Universidade, a educação na mesorregião apresentava carência de profissionais formados para atender as demandas diante dos altos índices de analfabetismo e a baixa escolaridade, além da baixa qualidade do ensino.

O plano expressa uma das características centrais da gestão democrática, que é a participação da sociedade civil e do poder público nas tomadas de decisão em conjunto com a academia. Assim, o Programa de interiorização visou fortalecer a atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, diversificando ações para responder aos desafios apontados na realidade da Região Amazônica e da mesorregião Sudeste do Pará, com vistas a contribuir para,

> [...] a reversão do caótico panorama educacional dos interiores, não apenas no contexto do ensino superior como também da educação fundamental e media, **buscando caminhos que levem a consolidação do papel da Universidade como agente de apoio ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional** (UFPA, 2006, p. 9, grifo nosso).

Encontra-se aí o propósito da Universidade de não apenas formar profissionais, mas contribuir na formulação de políticas públicas para a região em que os profissionais formados tem papel estratégico: melhorar a qualidade de ensino na escola pública e fortalecer a perspectiva da gestão democrática na Universidade.

Com sede em Marabá, o Campus tem atuado em 38 dos 39 municípios da mesorregião Sudeste do Pará. Atualmente, desenvolve quinze cursos[ii] de graduação (sendo três na modalidade à distância[iii] e doze em período regular ou intervalar[iv]), e três cursos de pós-graduação *Lato Sensu*[v]. Todos eles são oferecidos na cidade de Marabá, mas somente oito nos Núcleos de Integração[vi]. O Campus possui uma "estrutura organizativa composta por uma Administração Geral Acadêmica e Coordenações de Curso, que na sua totalidade conta com um quadro amplo de servidores, formado por 84 docentes efetivos[...] e 22 professores substitutos", mas ainda há entraves à eficácia desejada, no que se refere ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão junto aos 3.710 alunos(UFPA, 2006, p. 21).

Atualmente destacam-se dois eixos de atuação no Campus Marabá, os quais disputam concepções, espaços e intervenção: o da Mineração e o da Educação do Campo, sendo o primeiro, desenvolvido com recursos predominante da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD/VALE), e o segundo, com o financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Isso decorre, de um lado, pelo "perfil regional agrário e o potencial extrativista [...]" da mesorregião, que demanda à Universidade respostas aos problemas oriundos do modelo de base fundiária imposto pela ação governamental a partir de meados do século XIX, em que os camponeses assentados se mobilizaram em prol de políticas públicas, entre as quais se destaca a educação e, de outro, pela "existência de áreas de riqueza mineral que favorecem a implantação de cursos de Geologia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente" (UFPA, 2006, p. 17).

No âmbito da Educação do Campo, o PRONERA tem atuado desde 1998, com foco inicial na educação básica (cursos de alfabetização, Ensino Fundamental e Médio), e posteriormente no ensino superior com os Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras, e posteriormente, o curso de Agronomia.

Os discursos da Universidade e dos movimentos sociais dão conta que o diferencial dos cursos desenvolvidos no âmbito da Educação do Campo encontra-se calcado nas seguintes questões:

> Construção coletiva na elaboração dos projetos em todos os níveis de ensino; cogestão no desenvolvimento dos projetos, incluindo planejamento, execução e avaliação; diálogo interno (entre os professores do campus) e externo (entre Universidade e movimentos sociais) propiciador de aprendizagem para ambos e (re)construção do Ensino Superior, inclusive nos demais cursos desenvolvidos pelo Campus; formulação, experimentação e afirmação de uma concepção de educação e de pesquisa; realização de eventos gerais que envolvem as entidades sindicais, movimentos sociais e entidades de assessoria em torno do debate sobre o projeto de desenvolvimento sustentável da mesorregião, na ótica destas entidades (UFPA, 2003).
> [...] o *Campus* de Marabá corrobora seu comprometimento com a implementação de uma gestão participativa, norteada pelo princípio democrático. Caminhando nesta direção, a organização de momentos e eventos em que a consulta a comunidade interna e externa a instituição, esta sendo progressivamente efetivada, funcionando como testemunho da prática e exercício democráticos (UFPA, 2006, p. 9).

Essa dinâmica desafia a instituição em seu conjunto a materializar o papel social da Universidade junto a sociedade. Entretanto, observa-se que é o núcleo de Educação do Campo desenvolve uma estreita relação com os movimentos sociais do campo, a qual se mantém (a mais de duas décadas) pelo diálogo que se estabeleceu em torno de objetivos comuns.

Observa-se ainda que esse processo tem possibilitado ao referido núcleo vivenciar uma dinâmica diferenciada dos demais Campi da UFPA, em especial no que se refere a relação intrínseca entre ensino, pesquisa e extensão, a qual se materializa pela pesquisa realizada no tempo comunidade por meio da alternância pedagógica estabelecida no desenvolvimento dos cursos de Agronomia, Pedagogia do Campo, Letras, Educação do Campo. Com isso, a Educação do Campo vem se afirmando frente a relações internas a própria academia, com também, em âmbito externo com outras instituições estaduais e nacionais.

O curso de Agronomia, segundo professores da Universidade, consolidou a concepção de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento voltada para a agricultura familiar camponesa iniciada nos anos de 1990 com a criação do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), que constituiu o Laboratório Sócio-econômico do Tocantins (LASAT Marabá), em 1991, e o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET Altamira), em 1993.

Esse processo foi construído em articulação com as entidades sindicais e movimentos sociais do campo da mesorregião Sudeste do Pará. Segundo SIMOES (2003), esse processo fez avançar as discussões e as formulações de um conceito capaz de consensuar uma visão de pesquisa entre a academia e movimentos sociais, concepção essa, atualmente assumida pela UFPA.

O embrião desta concepção de pesquisa se deu com a implementação do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias no Campus de Altamira e do curso de Agronomia em Marabá, cujo currículo foi referência para o Curso de Agronomia voltado para assentados, o qual teve como objetivo central e norteador:

> Oportunizar a formação/habilitação de Engenheiros Agrônomos oriundos dos Assentamentos de Reforma Agrária do MST, com base na prática-teoria-prática e uma sólida base técnico-científica, com capacidade de analisar e interagir de maneira crítica sobre o seu meio social e a realidade na qual trabalha, comprometendo-se com a Reforma Agrária e o desenvolvimento dos agricultores da região amazônica nas suas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais". (UFPA, 2003, p. 2).

Tendo como estratégia a formação integral dos profissionais de ciências agrárias para atuar nos assentamentos, o curso de Agronomia quis propiciar reflexões sobre a agricultura familiar camponesa e fomentar o desenvolvimento dos assentamentos na mesorregião Sudeste do Pará, com vistas a enfrentar o debate sobre a problemática da sustentabilidade.

O Processo Coletivo de Construção do Projeto do Curso

O acúmulo das experiências educacionais desenvolvidas pela Universidade em conjunto com os movimentos sociais envolvendo a pesquisa e a formação com foco na agricultura familiar camponesa, de um lado, e a demanda pela formação de agrônomos, de outro, propiciou a construção do primeiro projeto de Ensino Superior da UFPA Marabá, voltado para assentados, qual seja: "Curso de Agronomia: formação de recursos humanos em Ciências Agrárias", financiado pelo PRONERA.

A conjuntura favorável em níveis mesorregional, estadual e nacional propiciou sua materialização, visto que interessava à Universidade desenvolver uma experiência com a turma de assentados. Segunda a Universidade embora o curso de Agronomia nascera dentro do Programa da Agricultura Familiar da UFPA a maioria dos educandos que ingressaram a instituição tem sido de origem urbana, o que dificulta avanços profundos na produção do conhecimento nesta área. Assim, uma turma de assentados ajudaria a consolidar o Programa de Ciências Agrárias da UFPA e isso,

> Possibilitaria ao conjunto de suas turmas um contato mais próximo com a realidade do campo, através de atividades conjuntas e trocas de experiência com a turma de assentados. Além disso, **o contato com essa turma especial permitiria testar a efetividade da proposta pedagógica e do conteúdo programático do curso junto a agricultores, permitindo uma avaliação e qualificação do curso como um todo** (UFPA, 2004, p. 06, grifo nosso).

Para a universidade trabalhar com uma turma de assentados seria enriquecedor e oportunizaria ao grupo de professores do núcleo de Educação do Campo visualizar, na proposta demandada pelo MST, uma possibilidade capaz de reforçar um perfil mais rural do conjunto de estudantes do curso.

Isto foi visto como uma perspectiva de possível "avanço na qualificação dos próprios assentados, ampliando a capacidade do movimento de diagnosticar problemas e buscar soluções em conjunto com as demais formas de assistência técnica que já atuam na região" (UFPA, 2004, p. 05).

Por outro lado, a existência de uma turma de educandos assentados possibilitaria testar os objetivos do Plano de Gestão da UFPA e do curso de Agronomia e realizar o papel social proposto desde a criação do Campus Universitário de Marabá. Para isso, era preciso:

> Avançar na construção de uma política inovadora, desenvolvendo a formação superior articulada à realidade dos educandos do campo, por meio da alternância de tempos e espaços educativos, que valoriza os saberes dos sujeitos e utiliza a pesquisa sobre os assentamentos como instrumento de construção acadêmica (UFPA, 2004, p. 9).

Em nível nacional, interessava ao Movimento Nacional Por Uma Educação do Campo e ao PRONERA desenvolver experiência do curso de ciência agrária e existia muita resistência. Só se tinha experiência nas ciências humanas. Com isso, o Campus Marabá passou a participar da dinâmica nacional da Educação do Campo e isso foi muito interessante porque a gente se conectou a uma dinâmica coletiva.

Assim, o projeto do curso foi elaborado e desenvolvido pela parceria entre a Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Marabá e do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), o Movimento Sem Terra dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O processo de constituição do projeto do Curso de Agronomia foi resultado de vários meses de discussão entre os movimentos sociais e a Universidade envolvendo professores dos cursos de Agronomia, Letras, Pedagogia e Ciências Sociais e dirigentes dos movimentos sociais do campo.

O I Relatório do projeto do ano de 2004 destaca que se estabeleceu “um processo de diálogo entre essas instituições para propiciar que as parcerias se conhecerem”, pela realização de encontros e debates para a definição da dinâmica de trabalho. Houve a troca de materiais pedagógicos e curriculares produzidos pelas diferentes experiências, para facilitar que fossem “observadas as possibilidades concretas de operacionalização do projeto” (UFPA, 2004, p. 10).

O relatório final do curso destaca que no processo de produção coletiva, tomou-se como base as experiências do MST e o projeto do curso de Agronomia da UFPA. Logo “o MST iniciou um trabalho de levantamento da demanda de possíveis educandos, considerando não apenas a existência de assentados com nível médio, mas

também aqueles envolvidos no setor de produção". Para a execução do curso foram definidas as responsabilidades entre os parceiros (UFPA, 2004, p. 13).

Do ponto de vista da UFPA, a tomada de decisão sobre o curso ocorreu em setembro de 2002, com uma reunião de avaliação do currículo do curso de Agronomia, em Altamira, pela equipe de professores do programa de Ciências Agrárias da UFPA. Com isso, desencadeou-se um processo de discussão com outros setores da administração superior da UFPA, como: Pró-Reitoria de Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP), Secretaria Multicampi, Departamento de Vestibular (DAVES). A proposta do Projeto Político-Pedagógico do Curso foi apresentada, discutida e aprovada na Oficina de Planejamento Estratégico do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), em julho de 2003.

Segundo os professores da Universidade havia uma preocupação com a existência significativa de estudantes oriundos da cidade. Esses alunos, dificilmente terão um engajamento acentuado no cotidiano do campo (UFPA, 2004, p. 03). No que se refere a essa limitação, encontramos dois tipos de discurso que se contrapõe de diferentes formas à formação de profissionais das Ciências Agronômicas. Lacki (2009), discutindo sobre a Agronomia no Brasil e o ensino do ofício do engenheiro agrônomo nas universidades brasileiras, destaca:

> É preciso desurbanizar as faculdades de agronomia, levar os estudantes para o campo de modo que eles aprendam sobre a realidade rural para que saibam diferenciar os tipos de culturas, os tipos de cultivos e os recursos que os agricultores tem, e a partir disto formular soluções compatíveis com a sua realidade.

Michelotti (2007), discutindo a formação dos Agrônomos no Pará destaca a diferença entre formar profissionais de origem urbana e rural,

> Quando os técnicos formados são próprios dos assentamentos, eles entrevêem com mais efetividade nas situações demandadas pelo processo organizativo existente e evidenciam uma grande preocupação em recuperar as áreas degradadas, adequando a produção à realidade ecológico-produtiva regional. Isso porque, na atualidade, o apoio técnico disponível não tem sido suficiente, pois os técnicos que atuam nos assentamentos têm pouco contato com essa realidade específica, em geral eles vêm das cidades e não permanecem nas áreas de atuação os tempos necessários, causando muita instabilidade no processo produtivo.

Em nossa compreensão, mesmo que ocorra a desurbanização das Faculdades de Ciências Agrárias e a Universidade amplie as vagas para a formação de profissionais da agronomia, o problema permanecerá se for mantida a lógica produtivista/tecnicista, limitada a práticas e posturas voltadas para a monocultura, conseqüentemente, ignorando a produção diversificada e desconsiderando o conhecimento dos agricultores.

De acordo com os depoimentos e os relatórios do curso, a construção do Projeto se deu com o intuito de atender a necessidade de formação dos profissionais de ciências agrárias voltada para a realidade do campo, garantindo o acesso a educação, mas também, com o propósito de testar e avaliar a proposta do curso de Agronomia, a partir de uma turma de assentados e filhos de assentados.

Percebe-se que esta problemática permeou os debates no momento de elaboração do curso e, também, no decorrer do mesmo, permanecendo nos discursos tanto dos movimentos sociais quanto da academia como questão que pode contribuir na inviabilidade produtiva dos assentamentos. Alguns estudos fortalecem esses argumentos como a pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Integrados da Agricultura Familiar (NEAF) na mesorregião Sudeste paraense, em 2007, sobre a implantação de serviços de assistência técnica pelos diferentes programas ligados à Reforma Agrária e viabilizados pelo INCRA, dão conta que somente 26,6% dos profissionais da assistência técnica que atuaram em projetos de assistência técnica e extensão rural tem sido realizada por técnicos da EMATER da mesorregião, enquanto que 73,4% são de prestadoras de serviço não estatal de outras regiões do País.

Essa problemática, somada ao processo conflituoso de ocupação da mesorregião, tem retardado a possibilidade de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre um sistema de produção adequado para o Sudeste do Pará. Neste sentido, destaca três fatores visto como fundamentais para ajudar a compreender a ausência de clareza sobre qual é um bom sistema de produção e quais as possibilidades para um sistema de produção sustentado e adequado a mesorregião, quais sejam:

a) “O processo de desenvolvimento implantado na mesorregião esteve voltado exclusivamente para a pecuária extensiva e a mineração” enquanto que “o agricultor veio na marra e foi se impondo fora do sistema oficial”. As populações tradicionais também foram desconsideras, desrespeitadas, empurrada para áreas longínquas ou dizimadas;
b) “A ausência de ação do Estado” de modo a “estimular uma produção diversificada” enfraqueceu a agricultura familiar “e isso é um problema porque

no fundo é uma luta dos movimentos sociais contra a estratégia estruturante do governo, se tornando a maior e a pior das desigualdades";

c) Há "carência na área de Ciência e Tecnologia", devido a ausência de instituições de pesquisa como a "EMBRAPA e a CAPLAC pesquisando a região" para descobrir o sistema mais adequado de produção, "dando estímulo, apoio, crédito".

Embora consideremos as questões levantadas, não podemos esquecer que o Brasil dispõe de técnicas e tecnologias necessárias para fazer a produção, a transformação e a comercialização de produtos agropecuários. Infelizmente tais conhecimentos estão concentrados entre aqueles que podem investir em pesquisas e implementar grandes projetos, na maioria das vezes com financiamentos públicos. Existem conhecimentos produzidos nas estações de pesquisa agropecuária e em Universidades que permanecem subutilizadas, enquanto parcela significativa de agricultores familiares continua com problemas de produção, porque não as conhece ou não tem acesso às mesmas.

Portanto, a ausência de ação de ações por parte do poder público municipal, estadual e federal, como estimulador de uma produção diversificada e de uma política capaz de investir em Ciência e Tecnologia para a produção familiar camponesa, por meio de instituições de pesquisa com estímulo, apoio e credito, impediu que a mesorregião pudesse descobrir o sistema mais adequado de produção. Por outro lado, que os conhecimentos produzidos nas estações de pesquisa agropecuária e nas universidades permanecem sub-utilizadas, enquanto que parcela significativa de agricultores familiares continua com problemas de produção, porque não as conhece ou não tem acesso.

O projeto consensuado pela Universidade e os movimentos sociais para ser desenvolvido apresentou como concepção de educação "a formação integral dos profissionais de ciências agrárias para atuar nos assentamentos", de modo a "propiciar reflexões sobre a agricultura familiar e o processo de desenvolvimento dos assentamentos na mesorregião Sudeste do Pará" (UFPA, 2003, p. 2).

A preocupação com a metodologia foi outro ponto importante da reflexão sobre a constituição de uma turma de assentados. Para a Universidade, "foi preciso construir uma proposta com base nos princípios da Pedagogia da Alternância que respondesse a especificidade do Ensino Superior, sendo capaz de realizar a alternância no curso superior".

Do mesmo modo, a formação crítica e a necessidade de acompanhamento ocuparam lugar estratégico no debate sobre a formação de profissionais da agronomia que se quis formar, sendo que as responsabilidades foram assim definidas:

O desafio imposto pelas limitações do processo formativo de profissionais da agronomia, em nossa compreensão, contribuiu na definição dos princípios presente no projeto político-pedagógico do curso, quais sejam:

> **Forte contato com a realidade**, por meio de estágios de campo em estabelecimentos agrícolas familiares;
> **Prática e teoria em permanente confronto**, uma vez que o conteúdo programático das disciplinas tem como base o referencial regional construído e trabalhado a partir das atividades desenvolvidas pelas equipes de pesquisa-desenvolvimento;
> **Abordagem sistêmica como ferramenta** de apreensão e reflexão da realidade e como hierarquizadora das restrições nos diferentes níveis estudados (conjunto família-estabelecimento agrícola, localidade, região, etc.); Interdisciplinaridade, indispensável para entender a complexidade organizada da agricultura familiar;
> **Diálogo permanente** com os agricultores, através da parceria com suas organizações;
> **Relação constante entre conhecimentos sistematizados e a experiência cotidiana dos sujeitos** envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
> **Aproximar inter e/ou transdisciplinarmente** as duas dimensões: a **pedagógica presente no trabalho da pesquisa agropecuária e extensão rural** e a **produtiva presente na realidade da escola do campo** (UFPA, 2003, p. 7, grifo nosso).

O estudo dos relatórios anuais possibilitou o entendimento de que estes princípios orientaram o processo formativo do curso e contribuíram para consolidar a concepção do programa Pesquisa-Formação-Desenvolvimento que traz no seu conjunto a compreensão sobre o papel decisório dos agricultores nas tomadas de decisão sobre os processos de pesquisa e produção, consolidando uma concepção de pesquisa e de extensão, referenciadas em Freire.

Esses princípios demarcam a concepção de educação do projeto construído coletivamente como aquela em que os sujeitos constroem e se reconstroem pela dinâmica do diálogo, da investigação e reflexão da realidade, na relação com o outro e com os conhecimentos existentes na sociedade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Campus Universitário de Marabá inaugurou o processo de participação dos seus profissionais em conjunto com a sociedade organizada: os movimentos sociais do

campo para a construção do projeto do curso de Agronomia, Pedagogia, Letras e Educação do Campo, contribuindo para a construção de novos aprendizados e mudança nas práticas educativas dos professores. Por outro lado, a inserção da pesquisa e da alternância pedagógica provocaram o diálogo entre sujeitos, instituições, áreas do conhecimento e espaços/tempo de formação, consequentemente, a reformulação dos Projetos dos cursos.

Isso se deve, de um lado, a tradição organizativa da mesorregião que se inicia com a luta pelo direito a terra e se amplia com a busca de acesso as políticas públicas nos assentamentos de Reforma Agrária, entre as quais tem destaque a educação, devido 61,3% dos assentados se encontram fora da escola, realidade essa que desnuda uma realidade histórica de negação de direitos às populações do campo; e, de outro lado, devido o engajamento social dos professores que compõe o núcleo de educação do campo, o que os caracteriza como um Campus que está aberto ao diálogo e a construção coletiva do conhecimento em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Para a Universidade esses dois fatores trouxeram os elementos necessários para o estabelecimento e a permanência do diálogo entre as entidades parceiras. Assim, a gestão coletiva da Educação do Campo, perpassa por três questões:

1) **A educação profissional do campo perpassa pela matriz-técnica de produção do campo** que se contrapõe a matriz industrialista baseada na concepção de desenvolvimento econômico e na concepção de educação urbanocêntrica que tem levado a uma qualificação simbólica da população do campo, inculcando-lhes a visão de atraso por ter a existência fundada na terra, inserido pesquisas agropecuárias com a participação dos camponeses com vistas a "construção compartilhada de um novo conhecimento científico-técnico" (MICHELOTTI, 2007, p. 02) e pautados na gestão democrática.
2) **O reconhecimento da escola do campo como espaço de produção de uma matriz técnico-científico**, a partir da formação e experimentação agrícola que possibilite a construção de um projeto educativo que dialogue com a realidade mais ampla dos agricultores sob os aspectos: a) Pela reafirmação da centralidade do espaço físico da escola enquanto lugar de convergência de informações, experimentações e de produção de novos conhecimentos ligados à matriz tecnológica para agricultura familiar; b) Pela capacidade de extrapolar o espaço físico da escola, não se restringindo a sala de aula e a transmissão de conteúdos fragmentados, mas assumindo o movimento da alternância de tempos e espaços (base da educação do

campo) permeados pelo permanente diálogo com outros espaços e tempos dos sujeitos do campo, como suas famílias, suas comunidades, suas cooperativas, suas lutas, etc, onde há produção de conhecimentos que podem fundamentar uma matriz tecnológica para agricultura familiar. c) A escola do e no campo tem um papel estratégico na desconstrução da racionalidade ocidental sobre o modelo de desenvolvimento implementado no Brasil e na Amazônia, bem como, na construção de uma razão que vê como fundamental a gestão democrática que perpassa pelo diálogo entre os diferentes saberes, pessoas e instituições para afirmação de uma matriz produtiva que compreenda os seres humanos e o ambiente como parte de um mesmo espaço/tempo. Essa dimensão da escola do campo exige uma maior sinergia entre os projetos de escolarização e de formação técnico-profissionalizante, sobretudo no campo das ciências agrárias, bem como na ação dos educadores da escola e dos extensionistas, entendidos pelas entidades parceiras, em que todos se vêem como educadores do campo.

3) **A relação necessária entre Ciências Agrárias e Pedagogia na formação das educadoras e educadores do campo**, cujo trabalho principal do é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja na escola, na família, na comunidade, no movimento social [...]" (Caldart, 2002, p. 36) em que é preciso reconhecer que há uma dimensão pedagógica no trabalho da pesquisa agropecuária e da extensão rural, assim como há uma dimensão produtiva presente na realidade da escola do campo. Aproximar inter e/ou transdisciplinarmente essas dimensões é um desafio permanente que está colocado para a Educação do e no Campo em todos os níveis e modalidades de ensino. Daí porque a tríade Campo – Educação do e no Campo – Políticas Públicas em sua relação intrínseca entre si e indissociada do conceito de pesquisa se fazem fundamental na Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** In: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Kolling, E.J. et al. (orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo. 25-36. Brasília, 2002.

ITERRA. Projeto Pedagógico. In: **Cadernos do Iterra. nº 2**. Veranópolis/RS, 2001.

MICHELOTTI, Fernando. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção, cidadania e pesquisa**. Palestra realizada no III Seminário Nacional do PRONERA. Luiziânia, 2007.

SIMÕES, Aquiles; OLIVEIRA, Myriam Cyntia César de. **O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar.** In: SIMÔES, Aquiles. Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. NEAF, Centro Agropecuário, GRET. Belém/PA. 2003.

ROMEIRO, A. R. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura.** São Paulo: Ed. Annablume / FAPESP, 1998.

UFPA. Projeto **Político-Pedagógico do Curso de Agronomia**, 2003.

UFPA. **Plano de Gestão 2007-2009,** Campus de Marabá, 2006.

---

[i] O Programa de Interiorização da Universidade Federal do Para, foi instituído com o propósito de principiar o processo de integração amazônica buscado resgatar saberes, experiências e sabes regionais integrando-os as atividades e práticas formais de ensino e da pesquisa acadêmica, objetivando contribuir com a formação de profissionais comprometidos com os problemas da região.

[ii] Agronomia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Ciências Naturais, Direito, Engenharia de Materiais, Engenharias de Minas e Meio Ambiente, Geologia, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Sistema de Informação, Comunicação social e Educação do Campo.

[iii] Administração e Licenciaturas em Biologia e Matemática.

[iv] Cursos realizados em período de férias.

[v] O Campus já ofertou especializações em Língua Portuguesa, Educação Matemática,Tecnologia Mineral e Metalurgia. Atualmente oferta às especializações em Historia da Amazônia, Engenharia e Segurança no trabalho e em Tecnologia, Linguagem e Educação Inclusiva.

[vi] São espaços estruturais que buscam aproximar os alunos da Universidade. Os núcleos estão localizados nos municípios de Parauapebas, oferecendo os cursos de Ciências Contábeis e Comunicação Social; Xinguara com Matemática e Sistemas de Informação; Rondon do Pará com licenciatura em Letras e Ciências Sociais; Jacundá com Letras e Pedagogia; Canaã dos Carajás com os cursos de Ciências Naturais e Matemática.